

**ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE MBA EM ASSESSORIA
PARLAMENTAR**

ALFREDO OTHON COELHO NETO

O MENSALÃO E OS SISTEMAS POLÍTICOS BRASILEIROS
Inércia econômica, Ativismo social e Inação política

FORTALEZA-CE

2023

ALFREDO OTHON COELHO NETO

O MENSALÃO E OS SISTEMAS POLÍTICOS BRASILEIROS
Inércia econômica, Ativismo social e Inação política

Artigo apresentado à Universidade Superior do Parlamento Cearense, como parte das exigências para a obtenção do título de pós-graduado em assessoria parlamentar.

FORTALEZA-CE

2023

Aos meus pais falecidos Alfredo
Veras e Tereza Coelho.

AGRADECIMENTOS

Para UNIPACE, em especial à coordenadora do curso Maruza. Também ao Prof. João Luiz e ao orientador Prof. Cleyton Monte.

O MENSALÃO E OS SISTEMAS POLÍTICOS BRASILEIROS: Inércia econômica, Ativismo social e Inação política

Alfredo Othon Coelho Neto

RESUMO

Com certa frequência, os partidos políticos e os políticos são acusados de “incendiários”, alimentando as crises políticas, de forma irresponsável, na busca por melhores dias. A partir da análise de editoriais dos principais meios de comunicação da imprensa brasileira entre maio e dezembro de 2005, meses do escândalo do “mensalão”, este trabalho observa como a crise é constituída como “desvio” a ser corrigido pela punição ou exclusão de determinados atores e comportamentos, impedindo que se coloque em questão os fundamentos do regime político.

Palavras-chave: Crise política. Política brasileira. Corrupção

ABSTRACT

Press is frequently accused of being “incendiary”, nourishing political crisis in an irresponsible way, in search of better headlines. This article relies on an analysis of editorial stuff of the three leading Brazilian newspapers to observe another how the crisis is constituted as a “deviation” something to be corrected by punishment or exclusion of certain actors and kinds of behavior. Thus, the foundations of the political system are never put in question.

Keywords: Media and politics. Brazilian politics. Corruption

1. INTRODUÇÃO

O "Mensalão" foi um escândalo político brasileiro que ocorreu em 2005, no qual membros do Partido dos Trabalhadores (PT) foram acusados de comprar votos de parlamentares para apoiar o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O caso foi descoberto durante uma investigação do Ministério Público Federal e levou a condenações de políticos importantes, incluindo o ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Tal escândalo expôs falhas do sistema político brasileiro, como a corrupção, o financiamento político inadequado e o clientelismo. O financiamento político no Brasil é altamente dependente de empresas privadas, o que muitas vezes leva a doações ilegais e a favorecimentos em troca de benefícios políticos.

O Mensalão também evidenciou a falta de transparência nas instituições políticas brasileiras e a incapacidade do sistema de punir os políticos corruptos. Muitos políticos envolvidos no escândalo foram condenados, mas muitos outros continuam impunes.

O caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, em 2012, vários réus foram condenados pelos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e peculato. Entre os condenados estavam o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, o publicitário Marcos Valério e vários parlamentares.

O julgamento foi marcado por intensos debates e discussões em torno da culpabilidade dos réus, bem como pela repercussão política do caso. A condenação de figuras proeminentes do PT e a exposição da corrupção generalizada no governo Lula geraram grande comoção no país e mudaram o cenário político brasileiro.

O Mensalão é considerado um marco na história recente do Brasil, por ter sido o primeiro grande escândalo de corrupção a ser julgado pelo STF e por ter levado à condenação de políticos de alto escalão e empresários influentes.

O escândalo teve grande impacto na política brasileira, especialmente no que diz respeito à percepção da população sobre a corrupção no país e na forma como os partidos políticos operam. Além disso, o caso teve implicações significativas no sistema político e jurídico do Brasil – especificamente, teve impacto direto na forma como os partidos políticos operam no Brasil. Pois revelou a existência de esquemas de corrupção envolvendo partidos governistas e a necessidade de alianças políticas para garantir a governabilidade.

Outra consequência do Mensalão foi a intensificação da atuação do Judiciário no combate à corrupção. O Supremo Tribunal Federal teve um papel fundamental no julgamento dos réus do Mensalão, contribuindo para o fortalecimento do sistema de Justiça brasileiro e para o aumento da sensação de impunidade em relação a crimes de corrupção.

Algumas das implicações políticas significativas foram as condenações de figuras proeminentes do Partido dos Trabalhadores (PT), como o ex-ministro José Dirceu, o que contribuiu para enfraquecer o partido e para alterar fundamentalmente o cenário político brasileiro.

O esquema ilícito teve um impacto profundo e duradouro na política brasileira, contribuindo para a conscientização da população sobre a corrupção e para

a implementação de reformas políticas e jurídicas que buscam promover a transparência e a moralidade na política.

O Mensalão foi um dos maiores escândalos políticos da história do Brasil, envolvendo a denúncia de um esquema de corrupção envolvendo parlamentares, empresas e políticos do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi revelado em 2005, quando o então deputado federal Roberto Jefferson (PTB) denunciou um esquema de pagamento de propina a parlamentares para garantir o apoio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso Nacional.

O caso envolveu o Banco do Brasil, que teria financiado empréstimos fraudulentos a empresas de fachada, as quais repassavam dinheiro para políticos aliados do governo. A exposição do esquema levou à abertura de uma investigação pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, resultando no julgamento de 40 réus pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao mesmo tempo que as descobertas do julgamento revelavam a fragilidade do sistema político brasileiro e a necessidade de reformas políticas e jurídicas que visassem a uma maior transparência e moralidade na política, a atuação do STF também foi alvo de críticas em relação à forma como o caso foi conduzido, com alguns especialistas questionando a legalidade das condenações e a politização do julgamento. Foram levantadas questões sobre a seletividade da Justiça brasileira e a necessidade de garantir um julgamento justo e imparcial para todos os envolvidos em casos de corrupção.

Empresas que estavam diretamente envolvidas no esquema de corrupção, como aquelas que participaram do financiamento ilegal de campanhas políticas, podem ter sofrido impactos negativos na sua reputação e na sua relação com o mercado e com os consumidores. Por outro lado, empresas que não estavam envolvidas diretamente no Mensalão podem ter sido afetadas indiretamente pelo escândalo, por meio de uma possível instabilidade política e econômica decorrente das investigações e do julgamento. De maneira geral, a conjuntura da empresa em relação ao Mensalão pode ser afetada tanto de forma direta quanto indireta, dependendo do envolvimento da empresa no escândalo e de sua relação com o contexto político e econômico que se seguiu às investigações e ao julgamento.

Vários fatores contribuíram para singularizar o mensalão em meio a tantas outras derrapadas éticas da elite política nacional, entre eles o talento histriônico do principal denunciante, o deputado Roberto Jefferson, ou o fato de que eram atingidas

figuras centrais do governo de um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), que fizera da moralização da política sua bandeira mais vistosa.

A revista *Veja* iniciou a denúncia de um esquema de corrupção nos Correios, empresa pública gerida por um dos partidos da base de sustentação do governo. O caso ganhou nova dimensão após a entrevista bombástica do então deputado Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 6 de junho de 2005. Nela, Jefferson afirmou que o governo pagava mesadas para deputados votarem a seu favor e cunhou o termo "mensalão".

O comportamento da imprensa em episódios deste tipo (e no caso do "mensalão" em particular) pode ser lido como "incendiário".

A partir da análise das rupturas no sistema político com a crise do mensalão, foram afetadas as seguintes bases do regime político democrático:

<i>Democracia Representativa.</i>
<i>Partidos no Legislativo.</i>
<i>Presidencialismo de coalizão.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O mensalão foi um desastre político de grande repercussão, que teve um enorme impacto na democracia, nos partidos políticos e nas coalizões no regime presidencialista; essa crise envolveu a compra de votos de parlamentares por membros do Partido dos Trabalhadores (PT), partido de situação à época. O objetivo era garantir a aprovação de projetos de interesse do governo no Congresso Nacional.

Também teve um efeito negativo na democracia brasileira, pois afetou a confiança da população brasileira nas instituições políticas e nos partidos políticos, gerando uma crise política que se arrastou por vários anos, com investigações, processos judiciais e condenações dos envolvidos.

Em relação aos partidos políticos, o Mensalão acabou por desestabilizar em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), que teve sua imagem muito abalada e a base política enfraquecida. Foram afetadas as coalizões políticas, visto que muitos partidos que eram da base aliada do governo se afastaram do PT e passaram adotar uma postura de dura crítica em governo.

No entanto, vale ressaltar que o Mensalão conseguiu deixar algum efeito positivo na história, pois contribuiu para o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil. As investigações e os processos judiciais permitiram que a justiça fosse feita e os responsáveis fossem punidos, demonstrando a independência e efetividade do sistema judiciário brasileiro.

Democracia representativa é o exercício do poder político pela população eleitoral feito de maneira indireta, através de seus representantes, por si designados, com mandato para atuar em seu nome e por sua autoridade, isto é, legitimados pela soberania popular.

Um partido político é uma organização que busca influenciar as decisões políticas de um país, geralmente através da participação em eleições e do exercício do poder político. Os partidos políticos são formados por pessoas que compartilham uma visão comum de como a sociedade deveria funcionar e quais são os melhores meios para alcançar essa visão. (SILVA, 2022, online).

No presidencialismo de coalizão, o presidente não possui maioria absoluta no Congresso e, portanto, precisa formar alianças com outros partidos políticos para conseguir aprovar suas propostas legislativas e implementar suas políticas públicas. Em troca do apoio, o presidente oferece cargos no governo, verbas orçamentárias e outras vantagens aos partidos aliados.

No Brasil, o presidencialismo de coalizão é uma característica marcante do sistema político desde a redemocratização, com a formação de coalizões governistas que reúnem partidos de diferentes ideologias em torno do presidente eleito. Entretanto, essa forma de governança tem sido alvo de críticas por parte da população e de setores da sociedade civil, que apontam para a fragilidade do sistema político e a falta de representatividade dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

Se o governo, os parlamentares envolvidos, o Partido dos Trabalhadores ou outros partidos políticos são apresentados como culpados, não se discutem os problemas vinculados à delegação de poder por meio do voto (a abdicação compulsória do exercício da soberania por parte de seu detentor nominal, o povo) e à combinação entre a democracia concorrencial e a economia capitalista. Assim, a mídia pode ser "incendiária" na conjuntura, mas a perspectiva que apresenta desinfla os elementos potencialmente mais explosivos da crise enquanto possibilidade de contestação ao sistema. Pode ser um atalho perigoso, caso se verifique, como às vezes ocorre, uma postulação implícita de que o noticiário reflete automaticamente as

posições apresentadas como oficiais do veículo.

Na seção apresentada a seguir, é apresentado um breve perfil do Partido dos Trabalhadores e seu envolvimento no escândalo que provocou a crise do mensalão.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. AS CAUSAS DA CRISE

Corrupção do PT e/ou de seus líderes.
Corrupção da administração petista.
Denúncias de corrupção inespecíficas.
O fisiologismo se evidencia por uma volição, um desejo de poder, vantagens e ganhos, sem o necessário desrespeito às regras.
Inexperiência de Lula e/ ou do PT para governar.
Aparelhamento da máquina pública ou do Estado.
Corrupção no Legislativo.
Arcabouço legal.
Falta de governabilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

2.2. O PT E A CRISE DE CONSEQUÊNCIAS DAS FALHAS NO SISTEMA:

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi profundamente afetado pela crise do Mensalão em 2005, não só pela condenação de alguns dos seus principais líderes, mencionados anteriormente, como pelo abalo à imagem do partido como organização comprometida com a ética e a transparência.

A acusação de que o partido estava comprando apoio político foi

especialmente prejudicial, já que o PT sempre se posicionou como um defensor dos direitos dos trabalhadores e das classes menos privilegiadas. Além disso, a crise expôs algumas falhas no modo de governar do partido, incluindo a dependência excessiva da coalizão política e a falta de controle sobre seus próprios membros.

Entretanto, o partido se recuperou gradualmente do escândalo do Mensalão. Passou por uma grande reestruturação, incluindo a criação de um código de ética rigoroso e a implementação de novos mecanismos de controle interno. Além disso, continuou a se destacar como um partido de esquerda, comprometido com a defesa dos direitos dos trabalhadores e da democracia.

Apesar da recuperação do partido, a crise do Mensalão teve um impacto duradouro na política brasileira, ao expor a corrupção generalizada no sistema político brasileiro e ajudou a alimentar o crescente sentimento de desconfiança em relação à classe política no país. Tal desconfiança passou a ter como alvo principal o PT, tanto pelo fato de ser um partido que nascia "de baixo para cima", quanto pela promessa de que estaria a serviço de movimentos sociais, aprendendo com eles, em vez de deles se servir para impor um programa "pronto", como no modelo da esquerda mais tradicional.

A partir daí a história do partido pode ser contada como uma progressão quase linear, ainda que com ritmo diferenciado ao longo do tempo, na direção de maior pragmatismo e maior integração ao jogo político tradicional.

O impulso para a transformação adveio do sucesso eleitoral, que impôs sua pedagogia aos petistas. É difícil manter uma posição "leninista" ao participar das eleições apenas para marcar posição e fazer proselitismo no momento em que a vitória parece estar ao alcance da mão, ao custo de umas poucas concessões. Da mesma forma, a participação no parlamento e a administração de governos locais fornecem fortes incentivos ao pragmatismo, condição para oferecer aos eleitores algo mais do que palavras (seja na forma de leis, de políticas públicas, de serviços ou de obras).

É possível dizer que desde sua fundação até a vitória eleitoral para a presidência em 2002, o PT passou de uma situação em que se projetava como singular no cenário político por seu caráter classista para outra em que o diferencial buscado era ético.

Os deslizes éticos do governo Lula tiveram mais impacto do que se o governo federal estivesse nas mãos de outro partido. Por exemplo, mesmo em meio

a denúncias de crimes envolvendo municipalidades administradas pelo PT, até mesmo antes das eleições – como, por exemplo, o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, no início de 2002, e uma crise ética e política no governo federal já em 2004, quando se tornou pública a ligação do subchefe de assuntos parlamentares da presidência da República, Waldomiro Diniz, com o jogo do bicho carioca –, foi o Mensalão que apareceu, diante da opinião pública, como a demonstração de que o diferencial petista era apenas fachada.

A revista *Veja* divulgou uma fita de vídeo em que Maurício Marinho, um funcionário dos Correios, negociava o pagamento de propina com empresários interessados em participar de uma licitação. A partir daí, sucederam-se revelações de um grande esquema que envolveria o financiamento ilegal de campanhas eleitorais – o chamado "caixa dois", o repasse de dinheiro a partidos em troca de apoio a candidatos, o desvio de verbas de empresas públicas e a compra do voto de parlamentares em troca de um pagamento mensal (o "mensalão" propriamente dito). Duas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPI) formadas por integrantes da câmara dos deputados e do senado federal são instaladas, a dos Correios, em 9 de junho de 2005, e a da compra de votos, em 20 de julho de 2005.

Sem que tenha alcançado um ponto final, a crise arrefeceu no segundo semestre de 2006, com o encerramento dos trabalhos das CPIs e a absorção das atenções pela campanha eleitoral.

3. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A seguir, apresentamos um resumo e uma análise das orientações metodológicas do Mensalão, prática antiética, ilegal e que prejudica a democracia, a transparência e a integridade do sistema político.

Em seguida, isolados os editoriais que tratavam da crise, foram observadas as personagens vinculadas a ela, tanto indivíduos – como Lula, Roberto Jefferson e José Dirceu – quanto instituições – como o governo federal e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Por fim, foram identificados os enquadramentos dados à crise, divididos em dois aspectos: as causas da crise, segundo os editoriais, e os remédios propostos para debelá-la.

Dos 30 editoriais publicados no período sob análise, 26,2% tratavam da

crise do "mensalão", o que a torna a categoria temática mais frequente. Seguem-se economia brasileira (15%) e internacional (11,4%); juntas, as três categorias somam mais da metade do corpus de análise.

Ao que parece, as evidências surgidas ao longo do processo fortaleceram a ideia de que, para além da mera transgressão moral (caracterizada pelo "fisiologismo"), houve a violação de regras legais. Cresceu, ao contrário, a referência à corrupção do PT e de seus líderes, presente em menos de 40% dos editoriais sobre a crise.

Ainda mais significativo foi o agrupamento dos motivos da crise em dois grandes grupos. De um lado, o que chamamos aqui de "causas personalistas", em que a explicação para o surgimento da crise é dada pelas ações ou omissões de um agente ou grupo de agentes, incluídos aí tanto pessoas quanto instituições. Do outro, "causas abstratas", que deslocam o foco para motivos históricos, culturais ou estruturais, vinculados à organização política do país ou a comportamentos enraizados das elites ou do povo brasileiro.

CONCLUSÃO

A cobertura da crise do mensalão pelos editoriais em foco, assim como pelo restante da mídia, ao longo de 2005 e também em 2006, foi "dura". Ainda que falte uma análise mais aprofundada, a unanimidade dos observadores chega a esta conclusão.

Em 16 de junho de 2005, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tido como homem forte do governo, renunciou ao cargo. Tendo seu mandato de deputado federal cassado meses depois. Em 27 de março de 2006, o governo Lula perderia seu outro homem forte, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em consequência de um dos desdobramentos do escândalo.

Em mais da metade dos editoriais, o presidente da República, seu governo ou seu partido foram acusados de corrupção. Os editoriais aqui analisados revelam essa severidade.

De fato, a natureza do escândalo, associada à perda das esperanças com uma gestão governamental "diferente" que Lula e o Partido dos Trabalhadores representavam, abria as portas à possibilidade de uma negação radical da política concorrencial estabelecida, na linha do "que se vayan todos" argentino de 2001, que

postulava a remoção de toda a elite política e apontava na direção de novas, ainda que obscuras, formas de organização social.

A crise política resultou do descumprimento de regras legais (corrupção) ou de normas morais tácitas (fisiologismo) que deveriam reger o comportamento político. A solução estaria no cumprimento da lei (investigação e punição dos culpados), secundada por modificações acessórias nas regras em vigor (mudança do sistema eleitoral, redução dos cargos de confiança).

Para Luis Felipe Miguel e Aline de Almeida Coutinho,

As dimensões da crise são amplas. Ela expõe as graves distorções do sistema político brasileiro e as deficiências da representatividade parlamentar na nossa democracia. Também desnuda as doenças de um Estado obeso e que mantém indecentes e incestuosas relações com esse mundo político, cujo funcionamento tem sido regido por usos e costumes à margem de qualquer padrão ético aceitável. [...] (MIGUEL; COUTINHO, 2007, p. 120).

Não houve, nem mesmo nas raras ocasiões em que foram apontadas causas estruturais para a crise, qualquer espaço para uma discussão sobre o afastamento entre as instituições representativas e o povo, que é titular nominal da soberania. Afastamento esse que não é contingente, mas próprio das democracias eleitorais. Muito menos para pôr em questão a relação entre a economia capitalista, marcada pela desigualdade de recursos entre os agentes privados, e a esfera política formalmente democrática, em que todos têm condições pretensamente iguais de influência.

No entanto, desde seu início, o escândalo ilustrou o transbordamento da desigualdade econômica para a arena política.

Tal transbordamento não é a exceção, mas a regra. [...] O "ideal político" que suas representações forjam é inequivocamente conservador. [...] Daniel Hallin afirmou, em estudo hoje clássico, que a imprensa, quando se abre para o contraditório, se movimenta dentro de um espaço de "controvérsia legítima" (HALLIN, 1986, p. 116-7). Posições que vão além deste espaço são silenciadas. [...]. (MIGUEL; COUTINHO, 2007, págs. 120-121).

No caso do mensalão, as fronteiras da legitimidade foram dadas pela permanência das características centrais do regime de democracia concorrencial limitada sob economia capitalista.

Em suma, nas categorias de Iyengar (1991), ainda que o jornalismo possa adotar uma postura "opositiva" quanto ao governo como ocorreu, em alguns veículos de forma agressiva, na gestão de Lula, ele permanece "deferente" ao sistema político e suas principais instituições. Colabora, assim, para estabelecer o fato de que "política

é isso, política se faz assim”, e que é possível pensar em reformá-la, mas não em fugir da lógica já dada.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. Controles midiáticos: investigação e denunciamento na construção da visibilidade pública democrática. *In: Anais [...] XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2001, Caxambu.*

CAPPELA, J. N.; K. H. J. **Spiral of cynicism: the press and the public good.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

HALLIN, D. **The "uncensored" war: the media and Vietnam.** Berkeley: University of California Press, 1986.

IYENGAR, S. **Is anyone responsible? How television frames political issues.** Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e poliarquia: denunciamento e oligarquia. *In: Anais [...] XI Encontro da COMPÓS, 2002, Rio de Janeiro.*

MACHADO, C. A. M. **Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. de A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião pública**, v. 13, p. 97-123, 2007.

PRZEWORSKI, A. **Capitalism and social democracy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

RUBIM, A. A. C. Cultura e política na eleição de 2002: as estratégias de Lula presidente. *In: Anais [...] XII Encontro da COMPÓS, 2003, Recife.*

SILVA, R. S. **O que é partido político?** Café com Sociologia, 30 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/o-que-e-partido-politico/>

THOMPSON, J. B. **O escândalo político.** Petrópolis: Vozes, 2002.